

Política
— CONSTITUINTE —

INVESTIDAS PARLAMENTARISTAS

Um novo impasse. E a votação de moção de censura aos ministros foi suspensa. O tema deve voltar hoje, com uma fórmula alternativa.

A Constituinte chegou ontem a novo impasse, ao suspender a votação de emenda do deputado Eduardo Bonfim (PCB-AL) estabelecendo que a aprovação de moção de censura aos ministros de Estado dependerá de maioria da Câmara dos Deputados. O projeto presidencialista do senador Humberto Lucena determina que a moção de censura dar-se-á pela maioria de dois terços dos integrantes da Câmara. O tema será retomado na sessão de hoje, e a disposição das lideranças partidárias, com o relator Bernardo Cabral, é chegar, mediante acordo, a uma fórmula alternativa, possivelmente a maioria absoluta para aprovação da moção de censura.

No entender do relator Bernardo Cabral, a maioria de dois terços é quase impossível de atingir, e a maioria simples, porém, o que tumultuaria o processo político e ensejaria que por escassa maioria fossem aprovadas moções de censura contra ministros.

Vários constituintes discursaram, a maioria contra a emenda de Eduardo Bonfim, tendo José Serra (PMDB-SP) afirmado que no Chile dos anos 70 havia tal dispositivo na Constituição e os ministros eram derubados seguidamente, impedindo a ação administrativa do governo, gerando crises.

A sessão de ontem foi iniciada às 14h30, com apenas 12 constituintes no Plenário. Repetiram dezenas de pequenos discursos até duas horas mais tarde, quando Ulysses Guimarães assumiu a presidência. Emenda do senador Jorge Bornhausen e do deputado Vitor Fontana (PFL-SC) para limitar a 12 o número de ministros de Estado obteve apenas 181 votos favoráveis e 219 contrários, sendo rejeitada. Outra emenda, do deputado Osvaldo Sobrinho (PMDB-MT), retirava do Congresso e deixava com lei complementar os casos em que forças estrangeiras poderiam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente. A emenda teve 187 votos favoráveis e 200 contrários.

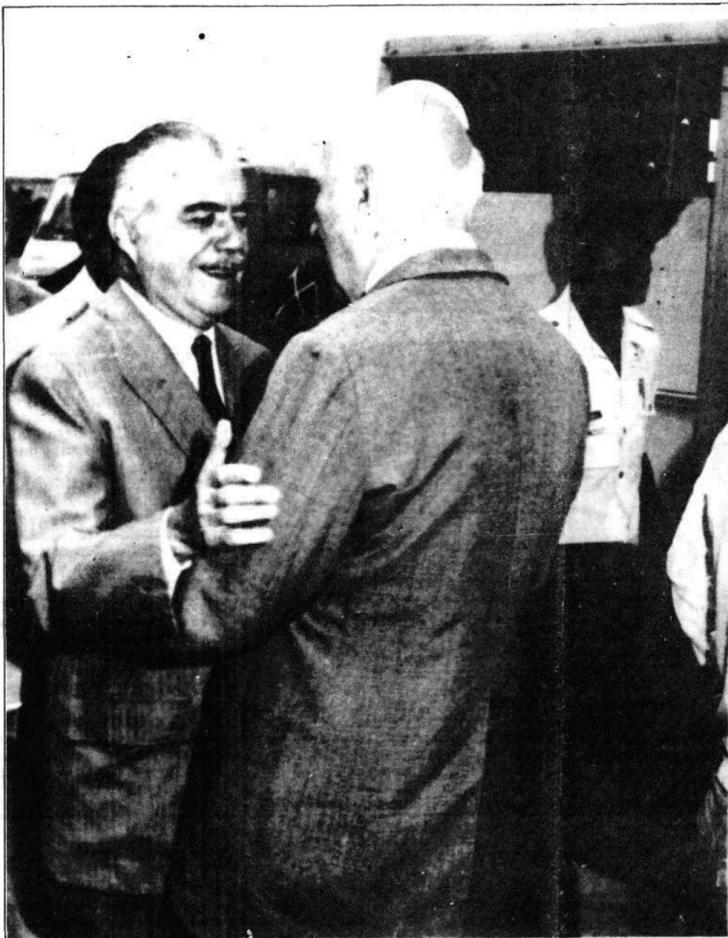
A sessão foi encerrada às 18h, sendo aprovada sem alterações a Seção II da emenda presidencialista, referente às atribuições do presidente da República, suas responsabilidades e as competências dos ministros de Estado, até o Artigo 97. O projeto estabelece como competência privativa do presidente da República a nomeação e exoneração dos ministros, a intervenção nos Estados, decretar o estado de defesa e de sítio, sendo de sua responsabilidade a existência da União e o livre exercício do Poder Legislativo, do Judiciário e do Ministério e dos poderes constitucionais, além do exercício dos direitos políticos, individuais e sociais, a probidade administrativa e segurança interna do País.

Ministro-coordenador

A emenda Manoel Moreira — que cria a figura do ministro-coordenador, no sistema chamado de "presidencialismo congressional", não terá o apoio das lideranças governistas — Carlos Sant'Anna, Saldanha Derzi e José Lourenço. A proposta foi considerada inviável e na opinião do líder do PFL, "impertinente e superada", depois da aprovação da emenda presidencialista de Humberto Lucena.

A emenda proposta por Manoel Moreira foi considerada "uma verdadeira moletagem" pelo deputado Roberto Cardoso Alves, após ressaltar que a Constituinte já havia referendado o sistema presidencialista de governo puro e considerou um desrespeito qualquer alteração neste sentido.

Ao final de várias conversas chegou-se a uma fusão de emendas do próprio Manoel Moreira com Joaquim Haickel, Cnófre Correa, Bonifácio de Andrade, Cid Carvalho e Antônio Gaspar, que será debatida em reunião marcada para hoje às 10h, no gabinete do senador Humberto Lucena. Segundo a sugestão, o conselho de ministros previsto originalmente deixa de existir dando lugar aos ministros simplesmente. O primeiro-ministro deca de ser um auxiliar para ser ministro-coordenador. Além disso, entre as atribuições do primeiro-ministro, foi suprimido o ponto que estabelecia que ele deveria ser ouvido quando o presidente da República nomeava um ministro. Por outro lado, foi mantido o texto que dizia que ele será responsável pela elaboração, sob a supervisão do presidente da República, da proposta de diretrizes orçamentárias e os projetos de lei de autorização do Executivo.



Encontro no aeroporto de Brasília: gentilezas.

SARNEY E ULYSSES

Um acidente com dona Mora. E os dois se encontram.

O primeiro encontro do presidente Sarney com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, aconteceu ontem. O clima, que poderia ser de constrangimento por causa dos resultados da sessão de anteontem da Constituinte, era de tristeza na Base Aérea de Brasília, onde dona Mora, esposa de Ulysses, embarcou num Boeing emprestado pela Presidência da República para se recuperar em São Paulo de uma fratura no colo do fêmur. Segundo Ulysses Guimarães, o presidente Sarney foi apenas gentil — "gentileza que nos honra muito" —, mas de política não falou nada.

Sarney foi conduzido de carro até a porta do avião e acompanhou o procedimento dos médicos e enfermeiros para introduzir a maca onde dona Mora estava deitada. Ao lado do presidente estavam o chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Ivan de Souza Mendes, e o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.

Ulysses estava abatido, e contou que o acidente com dona Mora aconteceu anteontem à noite, por volta das 22h, quando os trabalhos da Constituinte já se haviam encerrado. Dona Mora, na cozinha, escorregou no piso e caiu, provocando a fratura. A recuperação pode demorar até três meses, razão por que ela preferiu ficar perto dos filhos em São Paulo. De acordo com Ulysses Guimarães, os médicos do hospital Sará Kubitchek, em Brasília, garantiram que

não há risco de complicações, apesar da recuperação lenta.

Para o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, a presença de Sarney na hora do embarque, longe de parecer um exagero, foi uma demonstração do carinho que o presidente tem para com a família de Ulysses Guimarães: "Além disso, tanto quanto o presidente da Constituinte, dona Mora é vista como uma expressão política em Brasília."

Em São Paulo

Dona Mora foi internada ontem, às 13h30, no Hospital Sírio Libanês, e será submetida hoje, às 7h, a uma cirurgia de correção de fratura no colo do fêmur. O único boletim médico de ontem informava que "a senhora Ida Almeida Guimarães foi internada no Hospital Sírio Libanês, aos cuidados da equipe do Prof. Marco Martins Amatuzy, para tratamento cirúrgico de fratura do fêmur". O boletim foi assinado pelo diretor clínico do hospital, Prof. Daher Elias Cutait.

Na entrevista à imprensa, o médico Marco Martins Amatuzy confirmou o boletim médico informando que dona Mora sofreu mesmo fratura do colo do fêmur e será feita a colocação de três parafusos fixadores para unir as duas partes do osso fraturado. Ela deverá ficar internada de quatro a cinco dias.

O corte do parlamentarismo do projeto

Como decorrência da aprovação da emenda Humberto Lucena, que manteve o sistema presidencialista de governo, serão necessárias alterações no texto de 22 artigos da futura Carta, além de um outro nas "Disposições Transitórias", com a supressão do Parágrafo Único do Artigo 2º. As alterações, previstas na própria emenda aprovada, terça-feira, destinam-se a suprir as citações relativas ao sistema parlamentarista, em que se baseia a emenda do Centrão, anteriormente aprovada, com a ressalva dos destaques, entre eles a iniciativa de Humberto Lucena.

O primeiro dispositivo a ser modificado é o Parágrafo 3º do Artigo 14, que inclui o "primeiro-ministro" entre os cargos que devem ser ocupados por brasileiros natos.

Do Artigo 56, será suprimido, com um novo texto para o Parágrafo 1º, a hipótese de dissolução da Câmara dos Deputados, que seria possível apenas se prevalecesse o parlamentarismo.

Quatro dispositivos do Artigo 59 serão suprimidos, também para retirar a expressão "primeiro-ministro" do texto, relativo às atribuições do Congresso Nacional, com a autorização para viagens ao Exterior, ficando mantida essa competência apenas em relação ao presidente da República, o julgamento das contas do primeiro-ministro, a fixação de seus subsídios e a obrigatoriedade de apresentar relatório após cada viagem ao Exterior, exigência agora limitada ao presidente da República.

O Artigo 61 será modificado para retirar o direito de a Câmara e o Senado convocarem o primeiro-ministro, permanecendo apenas essa prerrogativa em relação aos ministros de Estado.

Quatro itens deixarão de existir no Artigo 64, todos relativos às matérias de competência da Câmara, como a autorização para instaurar processos contra o primeiro-ministro, tomada de contas, moção de

censura e recomendação para o afastamento de detentor de cargo de confiança, nas quais constavam, juntamente com o presidente e os ministros de Estado, também o primeiro-ministro.

Os demais artigos que igualmente sofrerão mudanças, para excluir a menção ao primeiro-ministro, são:

Artigo 65 — Processo e julgamento nos crimes de responsabilidade previstos no Inciso I; — Artigo 65, Inciso VI — Estabelece limites para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados e dos municípios; Artigo 69, Item I — Autoriza parlamentares, sem perda do mandato, a ocuparem o cargo de primeiro-ministro; Artigo 71, Parágrafo 5º — Realização de sessões preparatórias da Câmara no caso de sua dissolução, hipótese que só existirá no sistema parlamentarista; Artigo 75 (caput) — Iniciativa de leis complementares e ordinárias; Artigo 75 Parágrafo 1º — Solicitação de urgência para apreciação de projetos do Executivo; Artigo 76 — Adoção de medidas provisórias, com força de Lei; Artigo 77 — Projetos de iniciativa exclusiva do Executivo; Artigo 78 — Rito legislativo para tramitação dos projetos do executivo, principalmente quanto à questão da urgência; Artigo 82 — Elaboração de leis delegadas pelo Executivo; Artigo 85 — Apreciação das contas do primeiro-ministro pelo Congresso Nacional; Artigo 126 — Julgamento, por infrações penais e mandado de injeção contra o primeiro-ministro; Artigo 127 — Supressão do Item II e remuneração dos demais; Artigo 159 — Decretação do estado de defesa, em caso de calamidades ou perturbação e prestações interestaduais e de exportação da ordem pública; Artigo 184 — Fixação de alíquotas para operações e prestações interestaduais e de exportação; Artigo 195, Parágrafo 6º — Remessa ao Legislativo do projeto de lei orçamentária anual.

Novos cartazes nas ruas

"Procuram-se comunistas traidores do povo", mais as fotos de seis parlamentares que defendem os quatro anos para o presidente Sarney. Dessa forma compõem-se os cartazes espalhados por toda a Capital do Distrito Federal e são assinados por uma organização fantasma chamada "Ação Democrática Popular", seguindo o exemplo dos cartazes da CUT — há dois meses afixaram como "procurados" outros cinco constituintes que votaram com as propostas do Centrão. "São fascistas", disse o senador Pompeu de Souza

(PMDB), que teve sua foto afixada no cartaz. "Os métodos utilizados são os mesmos da ditadura", reagiu o deputado Augusto Carvalho (PCB), o único comunista entre os seis apontados. O senador Maurício Corrêa (PDT), ironizou dizendo que os cartazes têm tantos erros "que deve tratar-se de ato vingativo de membros do Centrão da Capital". O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), do Centrão, considerou boa a ideia e acrescentou que o mesmo deveria ser feito em São Paulo. A Polícia Federal não vai fazer nada.

Mandato: começam as discussões.

O mandato do presidente José Sarney poderá ser de quatro anos, conforme está previsto no artigo 4 das disposições transitórias; de cinco anos, caso seja aprovada uma das dez emendas existentes; ou até de seis anos caso não seja aprovada nenhuma das emendas e esse artigo seja excluído do texto. Ontem, esse assunto tomou conta das discussões dos constituintes e as negociações que se iniciaram em torno dele tomaram diversos rumos. Mas a liderança da defesa da tese dos seis anos para Sarney foi assumida pelo líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Neto (RJ).

O artigo 4 das disposições transitórias, que estabelece que o mandato do atual presidente terminará em 15 de março de 1989, só deverá ser votado em fins de abril, segundo previsão da Mesa da Constituinte. Para esta questão existem 26 emendas sendo 18 defendendo os quatro anos e dez os cinco anos, além dos destaques de votação em separado, que retiram o artigo do texto da Sistematização.

Para modificar o texto da Sistematiza-

ção a emenda terá de obter 280 votos. O Centrão, por exemplo, ao elaborar a sua emenda coletiva, simplesmente excluiu do texto o artigo que trata do mandato do atual presidente da República. Como o texto do Centrão tem preferência e deixa o artigo em branco, os constituintes adeptos dos quatro anos terão de conseguir 280 votos para um pedido de destaque de votação em separado, aprovando em seguida uma das emendas pelos quatro anos, também com 280 votos.

Se por acaso essa emenda estabelecendo os quatro anos de mandato não for acolhida, poderá configurar-se uma situação sobre a qual ainda há muitas divergências a respeito de sua resolução. Se nem o governo ou seus opositores conseguirem aprovar uma emenda definindo o mandato do atual presidente, não haverá referência sobre o tema nas disposições transitórias e o mandato poderá ser, então, de cinco ou seis anos, segundo avaliações colhidas ontem em plenário. No caso de cinco, seria acatada a nova Constituição. E no de seis, a atual.

Troca de acusações: é o plenário discutindo a votação.

Troca de acusações e denúncias de compra de votos pelo governo. Dessa forma repercutiu, na sessão da Câmara, o resultado da votação que deu ampla vitória ao presidencialismo na Constituinte. Parlamentaristas e presidencialistas prometem unir-se para fixar em quatro anos o mandato do presidente Sarney na votação do capítulo das Disposições Transitórias.

O líder do PT na Constituinte, deputado Luiz Inácio Lula da Silva, defendeu o direito do seu partido de ser "unido e coeso" e ter votado pelo presidencialismo. Afirmou que os petistas vão agora mobilizar a sociedade para pressionar a Constituinte pela aprovação dos quatro anos para Sarney.

O deputado Lysiane Maciel (RJ), pela liderança do PDT, também defendeu a posição do partido em favor do presidencialismo e lembrou que a bancada não recebeu nenhum favor ou cargo no governo em troca de seu voto. Ele acusou o presidente Sarney de ter levado para o Palácio do Planalto "o que existe de pior no PMDB", como o seu assessor especial, Thales Rama-

lho, "o homem que pedia a cabeça dos peemedebistas naquela época em que lutava contra a ditadura". Lysiane afirma ainda que houve "venda de votos, suborno, balcão de negócios", para conseguir os cinco anos de mandato para Sarney.

O ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, declarou que "agora o País começa a entrar em um mar mais calmo". Destacou o fato de que uma ampla maioria da Constituinte aprovou o presidencialismo, "fundamentalmente prevaleceu o bom senso". E, confiante, espera "que dos trabalhos da Constituinte surja uma Constituição que corresponda aos verdadeiros anseios do povo brasileiro".

Apesar de ser parlamentarista, o presidente da União Democrática Ruralista, (UDR), Ronaldo Caiado, disse ontem que "os constituintes fizeram o certo ao aprovar o presidencialismo como forma de governo para o País. Nesse momento de transição o presidencialismo é o melhor para o Brasil". Caiado acredita que futuramente a própria sociedade brasileira vai exigir o



Sabóia Caiado

parlamentarismo. "O País vai-se modernizando e a partir daí o ideal é o parlamentarismo. Prova disso são os países desenvolvidos".

O presidente em exercício da Abinee — Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica —, Paulo Vellinho, considerou "a melhor decisão". Acrescentou que "mudar para o parlamentarismo, na prática, não significa nada, a não ser uma sensação ilusória de uma nova perspectiva". Simpa-

zante do parlamentarismo, Vellinho comentou que no caso do Brasil ele não surtiria o efeito desejado: "Falta estrutura técnico-burocrática de administração pública permanente, estável e imutável".

Em telex de apenas duas linhas o prefeito Jânio Quadros saudou, ontem, o presidente José Sarney pela aprovação do sistema parlamentarista na Assembleia Nacional Constituinte: "A nau da República afasta-se das baterias de terra, singrando mares bonancosos, com céu de brigadeiro", diz a mensagem.

A Abreve — Associação Brasileira dos Distribuidores de Veículos Automotores — considerou acertada a decisão da Assembleia Nacional Constituinte ao escolher o presidencialismo como sistema de governo para o País. Para José Carlos Gomes Carvalho, presidente da entidade, apesar de o parlamentarismo ser, hoje, o mais moderno sistema de governo, "uma mudança radical neste sentido poderia acarretar, para o Brasil, graves danos administrativos e econômicos. E um conseqüente retrocesso po-

lítico, assim, a decisão mais sábia e consistente só poderia ser voltada para o presidencialismo.

Negando a existência de pressões nas horas que antecederam a aprovação do sistema de governo e dos cinco anos de mandato para os futuros presidentes, o governador do Amazonas, Amazonino Mendes, declarou que, "nesse momento histórico é natural a presença dos chefes de Estado". Acrescenta: "Essa votação significa que, hoje, o Congresso votaria pelos cinco anos para Sarney. Conseqüente-se apenas evitar que a situação piore".

Na opinião do empresário Euler Marques de Andrade, do Conselho Superior da Associação Comercial de Minas e seu ex-presidente, a decisão dos constituintes foi a mais acertada. "O País não suportaria uma mudança tão radical vivendo momentos de crise econômica, inflação galopante, renegociação de dívida externa e problemas sociais gravíssimos". Euler lembra que agora haverá participação do Congresso nas principais decisões.

Ficou evidenciado na decisão relativa ao sistema de governo e ao mandato presidencial o controle das bancadas pelos respectivos governadores. Alguns deles mantêm um controle geral. Outros o tem em parte. O fato é que a decisão conjunta dos chefes do Executivo estadual concentrando-se em Brasília deu ao presidente Sarney a decisão pelo voto de expressão maioria.

As posições presidencialistas do PT e do PDT contribuíram com seus 40 votos para a decisão que interessava ao governo. A reação posterior desses partidos na votação dos 4 ou 5 anos já estava psicologicamente compensada, a tal ponto que o líder situationista Carlos Sant'Anna insistiu na imediata fixação do período de mandato.

A decisão revela, pois, o controle que o governo federal mantém através dos chefes dos Executivos estaduais e, de outra parte, destes em relação aos parlamentares. Dispensável lembrar o outro tipo de relacionamento do próprio governo federal com os constituintes, muitos deles beneficiados dire-

ta ou indiretamente e, em conseqüência, dependentes desses benefícios, inclusive das concessões que ficam condicionadas a uma série de filigranas administrativas para sua manutenção.

O importante é constatar-se o restabelecimento da política dos governadores, tão acentuada hoje quanto na década de 30, ou melhor, mais do que naquela época, pois as vinculações são mais fisiológicas com os interesses amplificados.

Mais que o sistema de governo era o período do mandato do presidente Sarney que predominava nos acertos, tendo os situationistas em conta que para o primeiro ponto os constituintes do PT e do PDT já estavam comprometidos, o que, aliado ao trabalho direto e concentrado dos governadores, assegurava já na véspera da votação a tranquila vitória presidencialista.

Com a decisão dos 5 anos no texto geral para alcançar os presidentes da República de forma permanente, pode-se concluir que os 4 anos para o presidente Sarney, que alguns vislumbravam fixar nas Disposições Transi-

dos quadros partidários. Assim, quando o senador Fernando Henrique, parlamentarista pelos 4 anos, declarava que não podia mais permanecer no PMDB, ou quando o deputado peemedebista mineiro Milton Reis distinguia os grupos divergentes do partido, afirmando que uns votavam em ideais e os outros com os instrumentos do governo, ele, que votara as duas vezes com o governo Sarney, não dizia novidade.

Ontem e hoje reuniões de pequenos grupos foram sendo realizadas e os descontentes do PMDB, do PFL e um ou outro desgarrado de outras legendas procuravam harmonizar-se, pensando em um novo partido, que, segundo os deputados Pimenta da Veiga e Fernando Lyra, já estaria até mesmo com o nome escolhido.

A dificuldade maior é a do senador Mário Covas, que viu se escoar de suas mãos o controle da bancada e todas as últimas posições assumidas, contestadas pela maioria da representação. Os constituintes peemedebistas de São Paulo, especialmente, escaparam à orientação da liderança, aceitando a dire-

ta interferência do governador. Assim, a maioria da bancada paulista do PMDB votou o presidencialismo e os 5 anos, bastando a leitura dos nomes para constatar essa acentuada discrepância.

O senador Mário Covas ainda não se definiu a respeito do convite público feito de forma ostensiva aos "peemedebistas independentes" pelo senador Fernando Henrique para que encontrem um novo campo de atuação política e partidária.

Não é fácil para quem exerce uma liderança, mesmo com os percalços que marcam o itinerário do senador Mário Covas, definir-se numa fase de instabilidade do agrupamento que ajudou a constituir e que se tornou a força política e administrativa que é hoje o PMDB.

Mas as conversas, as reuniões realizadas às últimas horas, revelam que o novo partido vem aí e os cálculos são de 70 a 80 parlamentares, portanto, uma força nova e poderosa, porque reunindo expressões importantes do Parlamento e uma soma de votos ponderável no País.